

## A LITERATURA E OS EDITAIS DE FINANCIAMENTO PÚBLICO NO ESTADO DA BAHIA

Vandelma Silva Santos<sup>1</sup>

Orientador: Prof. Dr. Washington Luís Lima Drummond

A cultura está na mídia. Por um lado, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e seu crescente impacto em muitas esferas da vida social fizeram crescer a importância dada ao campo do imaterial. Por outro, movimentos sociais de diversas ordens, ao longo de todo o século XX e depois, demonstraram que o simbólico, o cultural, é tão relevante nos conflitos políticos quanto o processo econômico de dominação. A cultura – qualquer que seja o conceito que se lhe dê – passou a estar presente de maneira intensa e constante tanto na imprensa, quanto no poder público ou mesmo nas discussões cotidianas da sociedade brasileira.

Transformada em campo ou em instrumento de embates políticos, a cultura – e dentro dela, ou como seu sinônimo, a arte – passou a ser objeto de ações e mecanismos de difusão e controle específicos. A produção e a circulação dos chamados bens culturais é, hoje, regulada por leis próprias e financiada, por órgãos públicos, através de programas que têm como objetivos declarados, entre outros, democratizar o acesso e valorizar a diversidade cultural.

Dentre as linguagens ou formas escolhidas pelos sujeitos na construção e expressão de sua personalidade e de seu estar no mundo, conta a Literatura: manifestação verbal que permanece mesmo diante da vertiginosa proliferação de produções que utilizam as técnicas ou os suportes das mídias eletrônicas e da rede mundial de computadores. Sendo um produto cultural como outros, mobilizando uma rede particular ou integrada de produção, circulação e fruição, a Literatura também é incluída nas ações de estímulo e regulação do Estado, participando de processos sociais que não deixam de suscitar controvérsias.

Nesse contexto, considerando os diversos agentes envolvidos, questiona-se de que maneira a Literatura tem participado dessas intervenções estatais. Para analisar com mais clareza tal processo, delimitou-se como objeto de estudo os editais de financiamento mais recentes da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, que alinha suas ações às diretrizes nacionais no campo da cultura.

As produções que orientam a interpretação das questões enunciadas situam-se no entrecruzamento de três campos teóricos: a literatura, a comunicação e o pensamento político.

---

<sup>1</sup> Mestranda no Programa de Pós-graduação em Crítica Cultural do Departamento de Educação – UNEB-Campus II – Alagoinhas BA

Os desdobramentos dos estudos literários nas últimas décadas, sobretudo os articulados sob o título de Literatura Comparada, têm acolhido problematizações acerca da produção material e da circulação das obras, trazendo à tona relações políticas imbricadas no fazer artístico. Pesquisadores como Porto (2004), Coronel (2011), Souza e Ribeiro (2011), Abdala Junior (2012) e Cury (2013) têm revelado como – a partir dos desafios impostos a culturas pós-coloniais ou a grupos sociais como mulheres, afrodescendentes, migrantes e moradores de bairros periféricos – a teoria e a crítica literárias têm sido levadas a se deterem sobre as questões de ordem política. É um processo ainda incipiente, que com pouca frequência inclui as bases materiais da produção, circulação e fruição da Literatura.

No Brasil, a temática do financiamento à produção artística é geralmente estudada sob o título de políticas culturais, historicamente debatida pelos programas de pesquisa em comunicação. Barbalho (2005, p. 37), citando Coelho (1997), define política cultural como um “[...] programa de intervenções realizadas pelo Estado, entidades privadas ou grupos comunitários com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas.”

Barbalho (2005) destaca o papel das empresas privadas na realização de políticas públicas voltadas para a cultura. Para ele, quando se abandona a visão estreita que vincula o público ao estatal, percebe-se que as políticas culturais – por lidarem com o conceito amplo de política como vivência na coletividade e com documentos simbólicos que são sempre sociais – são inevitavelmente públicas. Daí o interesse em estudar as consequências dos programas de políticas culturais, manifestados através da questão do financiamento à cultura.

Nesse sentido, as proposições de Rubim (2008) sobre as políticas culturais no Brasil contemporâneo são bastante esclarecedoras. Este pesquisador propõe-se a analisar rigorosamente tais políticas durante o governo Lula/Gil (2002-2008), objetivo que considera possível apenas diante de uma revisão histórica do setor, que ele desenvolve em torno do que identifica como tristes tradições, sintetizadas em ausência, autoritarismo e instabilidade.

Procurando superar essas tradições, os discursos e as ações do Ministério da Cultura, nos últimos anos, ampliaram crescentemente o papel do Estado nos processos decisórios da área. As linguagens artísticas – dentre elas a literatura – têm sido incluídas em um processo de institucionalização das práticas culturais que tem como princípios a democratização do acesso à cultura e a participação popular em todas as atividades concernentes, da formulação à avaliação e controle. Embora garantindo espaço também para empresas particulares que auferem seus lucros a partir de manifestações culturais, a política cultural proposta pelo governo federal e transformada

democraticamente em política de Estado assegura possibilidades de ação autônoma para ampla parcela da população brasileira. É a concretização desse processo democrático, com suas possibilidades e limites, que tem sido o foco das investigações em comunicação na contemporaneidade.

Em que pese a inegável tendência e a institucionalização do processo de democratização, a participação cidadã no campo da cultura acaba esbarrando em dois problemas: a escassez de recursos para financiamento e a necessidade de capacitação para o diálogo com os órgãos públicos. Devido à primeira, inúmeras manifestações precisam recorrer a fontes e estratégias alternativas para sua realização. Em consequência da segunda – que fica evidente com a exigência do cumprimento de padrões formais para a apresentação de propostas –, acaba existindo uma separação entre manifestações aceitas e rejeitadas pelo círculo cultural hegemônico. O sistema cultural reconhece e se propõe a enfrentar esta última dificuldade, inclusive com a criação de um subsistema específico para a formação e qualificação dos profissionais da cultura; porém isso não constitui apenas uma dificuldade técnica, é também um indício de que há embates políticos ainda não resolvidos.

Cientistas sociais, como Hall (1997), não estranham a presença da cultura nos debates políticos de hoje: “Quanto mais importante – mais ‘central’ – se torna a cultura, tanto mais significativas são as forças que a governam, moldam e regulam.” (HALL, 1997, p. 15). É essa centralidade que justifica, também, as pesquisas acerca da regulação da cultura, que podem envolver tanto o Estado como as instituições de mercado. Na esteira de grandes pensadores como Horkheimer (que levantou importantes questões sobre a indústria cultural) e Habermas (que procurou sistematizar a autonomização da esfera cultural na sociedade capitalista), estudiosos contemporâneos discutem os sentidos da institucionalização da cultura para a vida política como um todo.

Por meio de designações como conservadorismo, domesticação, generalização, transmissão, homogeneização e indústria cultural, autores como Drummond e Sampaio (2011) problematizam o que Hall (1997) chama de regulação da cultura. Para os primeiros, o que é revelado pelos editais de cultura promovidos pelo governo brasileiro na última década não é um estímulo à diversidade da arte, mas um controle prévio das manifestações. Ao estabelecer critérios de seleção aos projetos que serão financiados, o que o Estado faz é moldar as produções artísticas de acordo com as disposições mercadológicas que orientam, de forma mais ampla, sua política.

Das interpretações suscitadas pelo conjunto das leituras, pode-se depreender que o espaço para a participação popular existe na lei e na organização das ações estatais, mas sua efetiva utilização depende da competência dos sujeitos em integrar-se aos processos e dialogar, fazendo com que sua vontade e seu fazer sejam realmente considerados. Em prol dessa participação, é

necessário compreender os fatores envolvidos e ser capaz de perceber, inventar, mobilizar, outras formas de vivenciar a cultura. Em busca dessa compreensão e dessa sensibilidade, procura-se, na pesquisa em andamento, analisar o espaço democrático aberto pelas atuais políticas culturais brasileiras, assim como visualizar possíveis articulações e percursos que os artistas da literatura empreendem, transformando sua arte em exercício de cidadania.

Ao fim do trabalho, pretende-se ter estabelecido interpretações sobre:

- 1) As implicações entre literatura e políticas culturais e a necessidade de um debate mais sistematizado;
- 2) O lugar da literatura nas políticas públicas brasileiras contemporâneas;
- 3) O processo de elaboração dos editais para literatura da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, nos últimos três anos;
- 4) A maneira como a sociedade baiana tem interagido com os referidos editais.

A construção dessas interpretações passa pelo levantamento bibliográfico sobre o tema e consolidação das bases teóricas; pelo estudo de documentos legais e de divulgação ou acompanhamento do Ministério da Cultura e da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia; e pela análise dos projetos que concorreram aos editais mencionados.

## REFERÊNCIAS

ABDALA JUNIOR, Benjamin. *Repensando a lusofonia: eurocentrismo e horizontes comunitários*. Letras (UFMS), v. 45, p. 108-117, 2012. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/revistaletras/artigos\\_r45/artigo\\_1.pdf](http://w3.ufsm.br/revistaletras/artigos_r45/artigo_1.pdf)>.

BARBALHO, Alexandre. Política cultural. In: RUBIM, Linda (Org.). *Organização e produção da cultura*. Salvador: EDUFBA; FACOM/CULT, 2005. (Coleção Sala de aula). Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/146/1/Organizacao%20e%20producao%20da%20cultura.PDF>>. Acesso em: 14 set. 2012, 19h53min.

COELHO, Teixeira. *Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CORONEL, Luciana Paiva. *Literatura de periferia e mercado: reflexões acerca do caso Carolina Maria de Jesus*. Ipotesi, Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 63-71, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2011/05/9-Literatura-de-periferia.pdf>>.

CURY, Maria Zilda Ferreira. *Poéticas da precariedade. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, Brasília, n. 41, p. 33-46, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/estudos/article/view/9133/6876>>.

DRUMMOND, Washington; SAMPAIO, Alan. *A gaiola e o pássaro: o Estado e a cultura urbana*. Cadernos PPG-AU/FAUFBA, Salvador, v. 10, n. 1, p. 89-96, 2011. Disponível em: <

<http://www.laboratoriourbano.ufba.br/?menu=14&conteudo=18&submenu=>>. Acesso em: 10 out. 2012, 07h30min.

FREITAG, Bárbara. *Habermas e a Teoria da Modernidade*. Caderno CRH, Salvador, n. 22. p. 138-163, jan/jun. 1995. Disponível em: <<http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=326&layout=abstract>>. Acesso em: 28 set. 2012, 11h27min.

HALL, Stuart. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. Trad. e rev. Ricardo Uebel, Maria Isabel Bujes e Marisa Vorraber Costa. Revista Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 15-46, jul./dez. 1997. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/neccso/downloads\\_pesquisadores.htm](http://www.ufrgs.br/neccso/downloads_pesquisadores.htm)>. Acesso em: 10 out. 2012, 9h53min.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. O Iluminismo como mistificação das massas. [1947] In: ADORNO, Theodor W. *Indústria cultural e sociedade*. Seleção de textos de Jorge M. B. de Almeida. Trad. Julia Elisabeth Levy et al. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 5-44.

PORTO, Rozeli Maria. *Consórcio de Publicações Feministas: a visibilidade do feminismo e sua divulgação*. Estudos Feministas, Florianópolis, n. 12, p. 169-181, set./dez. 2004.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais do Governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BAYARDO, Rubens (Org.). *Políticas culturais na Ibero-América*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 51-74. (Coleção Cult).

SOUZA, Joseneida M. E. de; RIBEIRO, Maria de Fatima Maia. *Trajetórias das literaturas africanas no Brasil: pensando a questão editorial*. *Inventário* (Universidade Federal da Bahia. Online), v. 1, p. 1-12, 2011. Disponível em: <<http://www.inventario.ufba.br/08/Trajet%C3%B3rias%20das%20Literaturas%20corrigido.pdf>>.

